



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS INHUMAS
LICENCIATURA EM QUÍMICA

ALEXANDRE FERREIRA CRISTO GARCIA

As Relações entre Teoria e Prática no Ensino Médio Integrado: Uma Análise Documental do PPC (2016) e da Resolução nº 204/2024 no Curso Técnico em Química do IFG - Câmpus Inhumas.

INHUMAS/GO
2026



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO
NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC – Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor:

Matrícula:

Título do Trabalho:

Autorização - Marque uma das opções

1. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. ☒ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2** ou **3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.

(x) O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.

() Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Goiânia , 06/03/2026.

Local

Data



Documento assinado digitalmente
ALEXANDRE FERREIRA CRISTO GARCIA
Data: 31/03/2026 22:26:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

ALEXANDRE FERREIRA CRISTO GARCIA

As Relações entre Teoria e Prática no Ensino Médio Integrado: Uma Análise Documental do PPC (2016) e da Resolução nº 204/2024 no Curso Técnico em Química do IFG - Câmpus Inhumas.

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao curso de Licenciatura em Química, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Câmpus Inhumas/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Química.

Orientadora: Profa. Dra. Lorena Silva Oliveira Costa

Coorientadora: Profa. Ma. Wárica Santos Souza

INHUMAS/GO
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Garcia, Alexandre Ferreira Cristo

G216 As relações entre teoria e prática no Ensino Médio Integrado: uma análise documental do PPC (2016) e da Resolução nº 204/2024 no Curso Técnico em Química do IFG - Câmpus Inhumas. [Manuscrito]. / Alexandre Ferreira Cristo Garcia. Inhumas: IFG, 2026.

39 f.: il.

Inclui bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Lorennna Silva Oliveira Costa.

Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Química – IFG Câmpus Inhumas, 2026.

1. Ensino médio integrado. 2. Química. 3. Teoria e prática. 4. Currículo integrado. 5. Costa, Lorennna Silva Oliveira (orient.). I. Título.

CDD 540.07

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária

Maria Aparecida Rodrigues de Souza - CRB/1-1497

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Câmpus Inhumas – Biblioteca Atena



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS INHUMAS

Folha de Aprovação

ALEXANDRE FERREIRA CRISTO GARCIA

AS RELAÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DO PPC (2016) E DA RESOLUÇÃO N° 204/2024 NO CURSO TÉCNICO EM QUÍMICA DO IFG - CÂMPUS INHUMAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Inhumas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Química.

Monografia defendida e aprovada, em 06 de março de 2026, pela banca examinadora constituída pelos seguintes membros:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lorena Silva Oliveira Costa
Presidente da banca / Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - campus Inhumas

Profa. Ma. Wárica Santos Souza
co-Orientadora
Secretaria de Educação de Inhumas - Goiás

Profa. Dra. Karla Ferreira Dias Cassiano
Membro Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - campus Inhumas

Profa. Ma. Thaisa Cardoso Nascimento Borges
Membro Externo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - campus Goiás

Inhumas – GO
2026

Documento assinado eletronicamente por:

- **Thaís Cardoso Nascimento Borges**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 07/04/2026 21:07:34.
- **Karla Ferreira Dias Cassiano**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 07/04/2026 20:59:16.
- **Wárica Santos Souza**, Wárica Santos Souza - 239415 - Auxiliar de orientação pedagógica - Fundo Municipal de Educação de Inhumas - Fme (28997560000181), em 07/04/2026 20:29:11.
- **Lorena Silva Oliveira Costa**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 07/04/2026 18:04:08.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 06/04/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 764423

Código de Autenticação: c1948b7460



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Av. Universitária, S/Nº, S/N, Vale das Goiabeiras, INHUMAS / GO, CEP 75402-556
(62) 3514-9543 (ramal: 9543)

Dedico este trabalho àquela que me
emancipou, mesmo sem ter consciência
disso.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por ser minha base e por acreditar em mim o tempo todo. Sem o seu apoio em cada passo, eu não teria chegado até aqui.

À minha irmã, por estar sempre ao meu lado e dividir comigo os momentos bons e ruins dessa caminhada.

Aos meus amigos, por todas as risadas e por deixarem os dias mais leves.

Um agradecimento muito especial às minhas grandes inspirações: Loreнна, Warica, Karla e Luciana.

Vocês foram fundamentais para que eu não desistisse. Passamos por muitas aventuras juntos, enfrentamos dias cansativos e momentos de muita dúvida, mas ter o apoio e o exemplo de vocês fez toda a diferença. Obrigado por dividirem as angústias e as alegrias comigo, transformando esse caminho em algo que vou guardar para sempre.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1. O IFG no contexto da Educação Profissional e Tecnológica: disputas, concepções e contradições.	17
CAPÍTULO 2: CAMINHO METODOLÓGICO	24
CAPÍTULO 3: RESULTADO E DISCUSSÃO	27
3.1 O PPC 2011 e seu Contexto Institucional: A Lógica Tecnista Primária	27
3.2 O PPC 2016: Transição Estrutural sem Ruptura Conceitual	28
3.3 A Reconfiguração Institucional e as Novas Diretrizes Curriculares: Da Promessa de Integração à Exigência da Politecnia (2018–2024)	30
3.4 Síntese Analítica: A Contradição do Currículo em Vigor	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	36

AS RELAÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DO PPC (2016) E DA RESOLUÇÃO N° 204/2024 NO CURSO TÉCNICO EM QUÍMICA DO IFG - CÂMPUS INHUMAS.

Alexandre Ferreira Cristo Garcia

RESUMO

Este trabalho analisa as relações entre teoria e prática no Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Goiás (IFG) - Câmpus Inhumas. O estudo parte da motivação da disciplina de Estágio Supervisionado, mediante as análises dos documentos institucionais, como o Projeto Pedagógico de Curso - PPC(2011) e (2016), o Projeto Político Pedagógico Institucional - PPPI (2018), o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2012-2016) e (2019-2023) e a Resolução n° 204/2024, que estabelece novas diretrizes curriculares para o Ensino Médio Integrado. A investigação, de caráter documental qualitativa, é fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético, evidencia a persistência de uma dicotomia entre teoria e prática, com forte predominância de uma lógica tecnicista e fragmentada no PPC vigente. O presente trabalho busca compreender como é estruturado o PPC (2016) e as concepções e contradições deste documento, mediante aos documentos institucionais e de que forma a Resolução n° 204/2024 aponta possibilidades para uma formação politécnica, crítica e integrada, que valorize a interdisciplinaridade e a articulação entre ciência, cultura, trabalho e cidadania. A análise se delimita a projetar os princípios de formação e o perfil do egresso previsto no PPC, comparando-os em uma perspectiva sua perspectiva histórica e destacando o papel da Resolução n° 204/2024 como eixo capaz de promover a superação da fragmentação curricular e fortalecer uma formação omnilateral, socialmente comprometida e alinhada aos fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado. Química. Educação Profissional e Tecnológica. Teoria e prática. Politecnia. Currículo integrado.

THE RELATIONSHIP BETWEEN THEORY AND PRACTICE IN INTEGRATED HIGH SCHOOL EDUCATION: A DOCUMENTARY ANALYSIS OF THE PPC (2016) FOR THE TECHNICAL COURSE IN CHEMISTRY AND RESOLUTION N° 204/2024 IN THE TECHNICAL COURSE IN CHEMISTRY AT IFG - INHUMAS CAMPUS.

ABSTRACT

This study analyzes the relationship between theory and practice in the Integrated Technical Course in Chemistry at the Federal Institute of Goiás (IFG) - Inhumas Campus. The study is motivated by the Supervised Internship course and involves the analysis of institutional documents, such as the Pedagogical Course Project (PPC) (2011) and (2016), the Institutional Pedagogical Political Project (PPPI) (2018), the Institutional Development Plan (PDI) (2012-2016) and (2019-2023), and Resolution n° 204/2024, which establishes new curricular guidelines for Integrated High School. The investigation, of a qualitative documentary nature and grounded in Historical-Dialectical Materialism, highlights the persistence of a dichotomy between theory and practice, with a strong predominance of a technicist and fragmented logic in the current PPC. This work seeks to understand how the PPC (2016) is structured, along with its conceptions and contradictions in light of the institutional documents, and how Resolution n° 204/2024 points to possibilities for a polytechnic, critical, and integrated education that values interdisciplinarity and the articulation between science, culture, work, and citizenship. The analysis is limited to projecting the educational principles and the graduate profile foreseen in the PPC, comparing them from a historical perspective and highlighting the role of Resolution n° 204/2024 as an axis capable of promoting the overcoming of curricular fragmentation and strengthening an omnilateral education, socially committed and aligned with the foundations of Professional and Technological Education.

Keywords: Integrated High School. Chemistry. Professional and Technological Education. Theory and practice. Polytechnic education. Integrated curriculum.

INTRODUÇÃO

Para contextualização, esta pesquisa teve como motivação a disciplina de Estágio II, do curso de Licenciatura em Química, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Inhumas (IFG - Câmpus Inhumas). Nesse período, acompanhou-se a disciplina de Práticas de Laboratório (PL) do Curso Técnico em Química integrado ao Ensino Médio, em tempo integral da instituição.

Durante as aulas de Estágio, documentos foram estudados e discutidos, a saber: 1) Plano de Ensino da Disciplina; 2) Material de Apoio Didático de PL (IFG, 2024); 3) Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Química (IFG, 2016); 4) Resolução do Conselho Superior (Consup) do IFG nº 204, de 27 de agosto de 2024, que estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG, 2024); 5) Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) de 2018 (IFG, 2018); 6) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2012-2016) (IFG, 2012) e o (2019-2023)¹(IFG, 2019); 7) o Projeto Pedagógico de Curso do Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio em Período Integral (2016) (PPC) (IFG, 2016).

Ao estudar os documentos institucionais foram levantadas algumas questões, como: De que forma é prevista a formação integrada nos documentos institucionais? Como a ausência de integração contribui para a fragmentação da formação?

Nesse contexto, investigou-se as possíveis respostas para os questionamentos levantados. Dentre as análises, discussões, debates e leitura de textos, como Frigotto (2012), Ramos (2012), Ciavatta (2012), Saviani (1984, 2003, 2007), Curado (2017), Apple (2006), foi-se delimitando o principal objeto: o currículo. O PPC do técnico em Química (IFG, 2016) é um documento orientador, que foi elaborado por profissionais da educação que possuem diferentes formas de pensamento, que construíram este currículo e como defendido por Apple (2006, p.

¹ Os documentos PPPI, PDI e o PPC permanecem em vigência até a presente data da pesquisa (2026).

59) “O currículo nunca é neutro. Ele está sempre implicado em relações de poder, selecionando e legitimando determinados conhecimentos em detrimento de outros”.

Portanto a presente pesquisa orienta-se pela seguinte questão: “Como o IFG vem delineando, ao longo de seus documentos institucionais - PDI, PPPI, Regimento Geral, Resolução nº 204/2024 e no Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Química do Câmpus Inhumas a concepção de currículo integrado vinculada à formação integral, politécnica e *omnilateral*, e quais são as implicações e contradições dessa trajetória para a efetivação do projeto educativo da instituição?”.

Nesse contexto, objetiva-se de forma geral analisar, à luz do materialismo histórico-dialético, a evolução do conceito de integração curricular no curso de Química do IFG Inhumas a partir da análise dialética entre o PPC de 2016 e as novas perspectivas de formação técnica e tecnológica sinalizadas pela Resolução nº 204/2024. Como objetivos específicos tem-se: 1) Analisar o movimento histórico expresso nos Projetos Pedagógicos do Curso Técnico Integrado em Química (2011 e 2016) do IFG Câmpus Inhumas, identificando em que medida concretizam ou tensionam as orientações institucionais e os princípios do currículo integrado; 2) Analisar como os documentos institucionais do IFG - PDI, PPPI, Regimento Geral, Resolução nº 204/2024 direcionam a construção de currículo integrado e de formação humana integral; 3) Evidenciar avanços, limites e contradições na materialização da formação integral, politécnica e *omnilateral* no IFG, propondo sinalizações que contribuam para o fortalecimento dessa concepção no curso e na instituição.

Para responder a questão posta e atender aos objetivos acima delineados, este trabalho está organizado, além desta introdução, na seguinte estrutura: o Tópico 1, apresenta o referencial teórico e dedica-se a construir o alicerce conceitual da pesquisa, discutindo as concepções de formação humana integral, politécnia e *omnilateralidade*, bem como contextualiza a educação profissional e tecnológica. Esse embasamento orienta a leitura crítica e analítica dos documentos; o Tópico 2, Metodologia, detalha os procedimentos metodológicos da pesquisa, explicitando o método materialista histórico-dialético (MHD), a definição e a análise do corpus documental (PDI, PPPI, Regimento, Resolução nº 204/2024, e o PPC do curso); o

Tópico 3, apresenta a análise e discussão dos resultados, e está subdividido de acordo com os objetivos propostos. Inicialmente, contextualiza-se a concepção de currículo integrado nas políticas de EPT e analisa-se sua expressão nos documentos normativos do IFG. Na sequência, o foco dirige-se à análise do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Química do Câmpus Inhumas, identificando como os processos de sua construção, apontando as concepções e contradições e; as Considerações Finais, que retomam a questão de pesquisa à luz dos resultados e apontam possíveis desdobramentos, seguidas pelas referências.

TÓPICO 1. O IFG NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DISPUTAS, CONCEÇÕES E CONTRADIÇÕES.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituída pela Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008), não representa apenas um reordenamento administrativo, mas insere-se no bojo das disputas políticas pela superação da dualidade histórica que marca a educação brasileira. Esse marco legal busca consolidar, no âmbito da Rede Federal, a proposta do Ensino Médio Integrado (EMI), regulamentado pelo Decreto nº 5.154/2004 (Brasil, 2004), como estratégia para articular a educação básica à formação profissional, rompendo com a tradição de subalternização do saber técnico em relação ao propedêutico.

Entretanto, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil não se desenvolveu sob uma linearidade evolutiva, mas constitui-se como um campo permanente de tensões, contradições e lutas de classes. Ao longo do século XX, a EPT manteve-se predominantemente sob formatos dualistas, fragmentados e funcionalizados às demandas imediatas do mercado de trabalho, servindo à reprodução da força de trabalho em sua dimensão mais instrumental.

[...] Pelo trabalho, o ser humano produz os meios de vida e reproduz a si mesmo. A relação trabalho-educação se enraíza nas condições de vida, educação e trabalho na sociedade em que vivemos, no caso, o Brasil, uma sociedade de classes baseada na divisão social do trabalho e na apropriação privada dos produtos do trabalho coletivo [...] (Ciavatta, 2022, p.10).

É fundamental salientar que a defesa da politecnia e da formação integrada remonta aos intensos debates da década de 1980, no contexto da redemocratização e da formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Paradoxalmente, a década de 1990 representou o fortalecimento do movimento contrário, materializado no Decreto nº 2.208/1997 (Brasil, 1997), que institucionalizou a fragmentação da formação técnica, ao vedar a articulação orgânica entre ensino médio e educação profissional. Esse retrocesso jurídico atendeu à lógica neoliberal de flexibilização, reduzindo a formação profissional a "competências" isoladas para a

empregabilidade imediata.

A retomada da perspectiva integrada, a partir do Decreto nº 5.154/2004 (Brasil, 2004), recoloca em disputa o sentido da formação humana. Nessa perspectiva, o papel do ensino médio, ao recuperar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho, deveria focar não no "mero adestramento" (Saviani, 2007), mas na formação politécnica. A politecnia, aqui compreendida à luz do materialismo histórico-dialético, não se resume ao domínio de várias técnicas, mas à compreensão dos fundamentos científicos, sociais e históricos que sustentam a produção da existência. O horizonte, portanto, desloca-se da formação de técnicos especializados para a formação de sujeitos politécnicos e omnilaterais (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 35).

Essa concepção exige assumir o Trabalho como Princípio Educativo, compreendendo que a essência humana é produzida historicamente pelo trabalho:

Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. [...] A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. (Saviani, 2007, p.54).

Contudo, a materialização desse projeto nas instituições escolares revela a dualidade estrutural da sociedade de classes. Como aponta Ciavatta (2022), a relação trabalho-educação no Brasil enraíza-se em uma sociedade baseada na apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Assim, a EPT torna-se o palco de uma disputa entre dois projetos societários antagônicos:

1. Formação para a Acumulação: Voltada à adaptação passiva às demandas voláteis do capital, onde o trabalho é visto apenas como emprego e fator de produção.
2. Formação para a Emancipação: Voltada à compreensão da totalidade social, onde o trabalho é visto como princípio criador de vida, cultura e conhecimento.

O IFG não se insere nesse cenário como um elemento neutro ou desprovido de historicidade. Sua constituição é marcada por profundas mediações: a instituição herda a tradição, a estrutura física e, por vezes, a cultura organizacional

das antigas Escolas Técnicas Federais e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), cujo propósito original articula-se fortemente ao desenvolvimento econômico e à formação de mão de obra (Moura, 2010).

Todavia, enquanto nova institucionalidade, o IFG nasce com a concepção de integração e verticalização já inscrita em sua lei de criação (Lei nº 11.892/2008). Configura-se, assim, uma contradição interna: o imperativo legal e institucional de promover a formação integrada colide, no chão da escola, com práticas pedagógicas e arranjos curriculares historicamente fragmentados.

Essa tensão ficou evidenciada durante as observações realizadas no Estágio Supervisionado Curricular, onde constatou-se a dicotomia entre os conteúdos teóricos e a prática laboratorial, distanciando-se dos princípios de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão preconizados nos documentos institucionais superiores (PDI, PPPI, Resolução Consup n. 204/2024).

Portanto, a distância observada entre a base normativa (o que deve ser) e a realidade concreta do currículo (o que é) não pode ser compreendida apenas pela aparência imediata dos documentos. Ela exige um movimento de análise crítica que vá à raiz das contradições. Para investigar como essas disputas históricas se materializam, ou são silenciadas, no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Química, faz-se necessário o uso de um método capaz de apreender o objeto em seu movimento e em sua totalidade.

No Tópico seguinte, são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa, fundamentados no Materialismo Histórico-Dialético, caminho escolhido para desvelar as mediações e contradições presentes na organização curricular do IFG.

TÓPICO 2: CAMINHO METODOLÓGICO

A presente investigação desenvolve-se por meio de uma pesquisa documental (Cellard, 2008) que define que

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2008, p. 295).

Sá-Silva e seus colaboradores (2009, p.10) destacam que a análise de documentos se propõe “[...] a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos”, de modo que o investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e dentro do possível fazer a inferência.

Os documentos selecionados como *corpus* de estudo são compostos por documentos institucionais do IFG, a saber:

Quadro 1: Cronologia dos documentos

Ano	Documento que serão analisados	Motivação para a Análise
2011	Projeto Pedagógico de Curso (Técnico Integrado em Química)	Base para avaliar como a integração entre teoria e prática foi planejada e identificar possíveis distanciamentos na sua execução.
2012	PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional (2012-2016)	Estabelece o marco inicial da integração curricular, servindo de base para identificar o distanciamento normativo ocorrido no ciclo 2019-2023.

2016	PPC – Curso Técnico em Química	Objeto central da análise. Representa o currículo vigente (o <i>status quo</i>), onde se busca identificar as dissonâncias entre a formação teoria-prática.
2018	PPPI – Projeto Político Pedagógico Institucional	Define o projeto de Formação Humana Integral e os princípios norteadores do IFG, servindo como ideal para confrontar a prática curricular do PPC 2016.
2019	PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)	Define a função social e as diretrizes estruturais (territorialidade, verticalização), contextualizando o papel do IFG no arranjo social e produtivo.
2024	Resolução nº 204/2024 (Consup IFG)	Marco regulatório mais recente que estabelece novas diretrizes curriculares. Representa o elemento de tensão e possibilidade de ruptura, orientando a análise sobre o futuro da Politecnia no curso.

Fonte: Autoria própria.

A análise desses documentos, em diálogo com a literatura da área, busca verificar a consonância entre as diretrizes nacionais, institucionais e as especificidades do PPC em questão.

A investigação é orientada pelo Materialismo Histórico-Dialético (Netto, 2011), o que permite compreender a formação no Ensino Médio Integrado a partir da totalidade², considerando os condicionantes históricos, políticos e sociais que estruturam os documentos e práticas curriculares. Nessa perspectiva, a análise busca compreender os pressupostos que fundamentam o PPC e como eles configuram o perfil do egresso a partir dos princípios institucionais (Curado, 2017). Ao mesmo tempo, possibilita, quando pertinente, sugerir a (re)estruturação de uma

² A totalidade refere-se à compreensão de que nenhum fenômeno social, político ou econômico existe isoladamente. Tudo está interligado, constituindo um sistema complexo e dinâmico.

disciplina, considerando seu potencial para integrar o eixo politécnico, em consonância com a Resolução nº 204/2024 (IFG, 2024).

Nesse movimento, o estudo bibliográfico auxilia na sustentação crítica das análises documentais. Como destacam Evangelista e Shiroma (2019), a pesquisa bibliográfica não apenas revisita o acúmulo de saberes de determinada área, mas possibilita um diálogo fecundo com novas compreensões, iluminando contradições e perspectivas. Assim, ao relacionar os documentos institucionais com as produções teóricas, torna-se possível reconhecer tanto o que já foi consolidado historicamente quanto as tendências que emergem das atuais normativas da educação profissional e tecnológica.

Ao mesmo tempo, a Resolução Consup n. 204/2024 emerge como eixo orientador para ressignificar o currículo, oferecendo parâmetros para repensar a articulação entre o núcleo politécnico e a práxis. É nesse ponto que a orientação pelo Materialismo Histórico-Dialético (Netto, 2011) se mostra central: compreender o PPC não apenas como um documento normativo, mas como expressão de disputas históricas, políticas e pedagógicas que configuram a formação dos sujeitos. Essa leitura dialética pode mostrar tanto as potencialidades da proposta integrada quanto às contradições que limitam sua efetividade.

Dessa forma, a investigação caminha em duas direções interligadas: compreender os pressupostos que estruturam o PPC e o modo como configura o perfil do egresso a partir dos princípios institucionais (Curado, 2017); e, simultaneamente, analisar as possibilidades de (re)estruturação curricular, incluindo a proposição de ajustes disciplinares capazes de fortalecer o eixo politécnico em consonância com a Resolução 204/2024. Esses dois movimentos não se apresentam de forma estanque, mas se retroalimentam: a leitura crítica dos documentos possibilita enxergar lacunas e fragilidades, enquanto os referenciais teóricos e normativos apontam caminhos de superação e integração.

TÓPICO 3: RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico Integrado em Química do IFG deve iniciar por sua versão de 2011 (IFG, 2011), que se acompanha na vigência do PDI 2012–2016 (IFG, 2012). Estes documentos iniciais expressavam a concepção institucional de formação integrada em seu momento de consolidação pós-criação dos IFs.

Ao examinar o PPC 2011, observa-se que o perfil do egresso enfatiza a habilitação profissional e a inserção no mundo do trabalho pautada em demandas regionais. Contudo, a matriz curricular se apresentava de forma marcadamente fragmentada, sem a explicitação de núcleos estruturais definidos para promover a articulação integrada. A organização das disciplinas revelava uma estrutura dispersa, com a distribuição da carga horária indicando o privilégio da formação técnica para suprir demandas regionais, em detrimento de uma formação humana integral mais ampla. A integração formal entre teoria e prática, ou entre conhecimento geral e específico, não era o foco central do desenho curricular. A seguir, apresenta-se o detalhamento documental e de seus respectivos processos de construção, os quais contribuíram para a elaboração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de 2016, demonstrando as concepções pedagógicas adotadas, os esforços de superação histórica e as contradições inerentes a essa trajetória.

3.1 O PPC 2011 e seu Contexto Institucional: A Lógica Tecnicista Primária

A justificativa de criação do curso, presente na revisão de 2016 (que herda a base de 2011), já evidenciava a prioridade econômica: Além disso, no *Ranking* dos Municípios Goianos 2003, no qual é medida a competitividade dos municípios, Inhumas conseguiu o 18º lugar

[...] Para que o desenvolvimento econômico e social possa ser efetivo, trazendo consequentemente o desenvolvimento da sua região, é necessário que sejam feitos investimentos na área de Educação e Formação Profissional. (IFG, 2016, tópico 2).

Dentro deste contexto, o Curso Técnico em Química vem ao encontro dos anseios desta região, de maximizar a oferta de profissionais desta área, visando suprir a demanda desta classe profissionais para o segmento em questão (IFG, 2016, tópico 2).

Essa lógica de competitividade, evidenciada pela utilização do 'Ranking dos Municípios' como métrica de sucesso educacional, reflete uma concepção alinhada ao que Boito (1999) define como a faceta do neoliberalismo que glorifica o mercado e a concorrência. Ao reduzir a função social do IFG ao suprimento de demandas econômicas imediatas, o documento de 2011/2016 acaba por secundarizar a formação humana integral, tratando a educação não como direito ou emancipação, mas como insumo para alavancar índices de produtividade regional.

3.2 O PPC 2016: Transição Estrutural sem Ruptura Conceitual

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de 2016 constitui uma revisão do documento anterior (2011) e posiciona-se como um ponto de transição, incorporando novos elementos formais em sua organização. Em termos de avanços estruturais, o PPC 2016 introduz a divisão em Núcleo Comum, Núcleo Diversificado e Núcleo Específico. Entretanto, ao observar as ementas e objetivos, identifica-se que a estrutura permanece centrada na base disciplinar, mantendo características de fragmentação e sobreposição de conteúdos.

Para Machado (2010), a organização da educação profissional deve ser compreendida a partir de um eixo tecnológico, definido como o “[...] conjunto das técnicas e tecnologias que lhe servem de base, estruturam sua proposta curricular e sobre as quais repousam suas finalidades e objetivos educacionais” (MACHADO, 2010, p. 100). Sob essa premissa, este estudo adota a Densidade Tecnológica como uma categoria para avaliar a proximidade entre os saberes disciplinares e as finalidades do curso técnico.

Observa-se que a ênfase documental do PPC 2016 se concentra na descrição de competências instrumentais do egresso, com o uso recorrente de termos como “realizar”, “executar” e “operar”. Para analisar como esses objetivos se distribuem na matriz, superou-se a divisão burocrática de núcleos e reorganizou-se a Matriz de Conteúdos da 1ª série de acordo com os níveis de Densidade Tecnológica (Quadro 2).

Quadro 2: Matriz de Densidade Tecnológica e a Configuração dos Objetivos na 1ª Série (PPC 2016).

Nível de Densidade Tecnológica	Disciplinas Agrupadas	Ementa (Conteúdo Prescrito)	Objetivos Expressos (Finalidade Institucional)	Análise da Configuração Curricular
NÍVEL I <i>(Total Proximidade)</i>	Práticas de Laboratório; Saúde, Higiene e Segurança; CTS; Metrologia; Química Inorgânica.	Segurança e análises estequiométricas; elaboração de relatórios; validação analítica; tecnologia e sociedade; funções inorgânicas.	Operar ferramentas; minimizar acidentes; compreender reações químicas; conhecer gerenciamento de qualidade.	Os objetivos concentram-se em ações técnicas e operacionais. Embora fundamentais para o eixo tecnológico, apresentam-se de forma autônoma na estrutura de núcleos do documento.

NÍVEL II <i>(Alta Densidade)</i>	Língua Portuguesa; Matemática I; Física I; Introd. à Metodologia de Pesquisa; Língua Estrangeira; Sociologia I.	Produção de textos; funções e matemática financeira; estrutura do trabalho científico; movimentos.	Resolver problemas do cotidiano; preparar para o mundo do trabalho; conhecer regras de textos padrões.	Disciplinas que detêm o potencial de fundamentar a técnica, mas cujos objetivos são redigidos com foco na formação geral ou em finalidades específicas de cada área.
NÍVEL III <i>(Média Densidade)</i>	Arte; Geografia I; História I; Biologia I.	Abordagens histórico-reflexivas; ecologia; espaço geográfico; relações de trabalho e produção.	Contextualizar produções humanas; compreender a dinâmica da natureza e as transformações sociopolíticas.	Objetivos voltados à contextualização histórica e social, mantendo uma trajetória independente em relação aos componentes de aplicação técnica direta.

NÍVEL IV (<i>Baixa Densidade</i>)	Microbiologia Geral; Educação Física I; Filosofia I.	Bactérias (coloração); cultura corporal; teoria do conhecimento.	Conhecer microrganismos; refletir sobre cultura corporal; discutir problemas da teoria do conhecimento.	Componentes com objetivos generalistas ou que, no caso da Microbiologia, apresentam ementas voltadas a aspectos morfológicos e reações de coloração.
---	--	--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2026), com base em IFG (2016).

A sistematização da matriz por níveis de Densidade Tecnológica (Quadro 2) permite observar como as ementas e objetivos se apresentam na estrutura do PPC 2016. Ao analisar a relação entre as disciplinas de Nível I e as de Nível II, identifica-se uma característica de autonomia disciplinar na redação do projeto.

Toma-se como exemplo o componente *Práticas de Laboratório* (Nível I), cuja ementa prevê a "elaboração de relatórios". Ao observar disciplinas que guardam proximidade com essa exigência que seus objetivos estão centrados em finalidades próprias de suas áreas. O componente de Língua Portuguesa direciona-se à "produção textual em diversos gêneros de circulação majoritária", enquanto Metodologia de Pesquisa foca no "conhecimento das regras padrões de textos científicos".

Nesse sentido, a análise documental indica que a organização em núcleos manteve uma configuração onde os objetivos de cada disciplina são delimitados de forma isolada. Observa-se que a base propedêutica (Níveis II e III) apresenta finalidades voltadas à formação geral, enquanto os componentes de Nível I concentram as demandas da prática profissional. Essa disposição sugere que a integração encontra desafios na redação do documento, que tende a manter o foco

nas especificidades de cada componente, dificultando a articulação explícita entre o saber sistematizado e a técnica profissional no texto do projeto pedagógico.

3.3 A Reconfiguração Institucional e as Novas Diretrizes Curriculares: Da Promessa de Integração à Exigência da Politecnia (2018–2024)

Sob a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, o percurso entre 2011 e 2024 demonstra que a integração não é um dado estático, mas uma categoria em constante disputa. Enquanto os documentos anteriores operam na lógica da justaposição, a nova diretriz de 2024 exige a ruptura com o isolamento das disciplinas.

Quadro 3 – Evolução Processual do Conceito de Integração nos Documentos do IFG

Documento	Concepção de Integração	Movimento Dialético e Relação com a Estrutura
PPC 2011	Justaposição por Grades: Integração compreendida como o acúmulo de disciplinas de formação geral e técnica em uma mesma matriz.	A Fragmentação Explícita: Não há diálogo entre as áreas; as disciplinas operam de forma estanque, sem um eixo tecnológico articulador.
PDI 2012-2016	Intencionalidade Política: Define a integração como a superação da dualidade entre o trabalho manual e o intelectual.	O Horizonte: Estabelece a formação omnilateral como meta, mas ainda sem ferramentas normativas para alterar a redação dos objetivos disciplinares.

PPC 2016	Transição Estrutural (Núcleos): Propõe a integração através do agrupamento de disciplinas em Núcleos (Comum, Diversificado e Específico).	A Contradição: Embora mude a forma, a análise dos objetivos (Quadro 2) revela a permanência do isolamento. A autonomia dos componentes de Nível I e II gera a fragmentação da práxis.
PPPI 2018/ PDI 2019	Indissociabilidade Teoria-Prática: O conceito evolui para a exigência de que o saber científico e a técnica sejam tratados como uma unidade.	Tensionamento: Esses documentos passam a questionar a autonomia disciplinar, exigindo que a pesquisa e o ensino fundamentam a técnica de forma conjunta.
Resolução 204/2024	Exigência de Totalidade (Politecnia): Define a integração como a obrigatoriedade de reestruturação curricular em torno do trabalho como princípio educativo.	A Síntese: Rompe com a "lógica de grades". Exige que a Densidade Tecnológica seja o critério de articulação, eliminando o isolamento dos objetivos em favor de um currículo unitário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do corpus de documentos analisados (2026).

A análise cronológica do Quadro 3 permite identificar que a fragmentação identificada no PPC de 2016 (Quadro 2) não é um erro isolado, mas a manifestação de um modelo de transição. No PPC de 2011, a fragmentação era a regra (justaposição de grades). Em 2016, houve o avanço formal para a estrutura de núcleos, mas, como os objetivos disciplinares mantiveram sua autonomia, a integração permaneceu no plano declarativo.

Essa autonomia dos objetivos é o que Machado (2010) descreve como a ausência de um eixo tecnológico real. Quando a *Língua Portuguesa* e o *Laboratório* definem suas finalidades de forma independente, o currículo se fratura, pois as disciplinas não se reconhecem como partes de um mesmo processo histórico de produção da vida social (SAVIANI, 2007).

A Resolução 204/2024 surge, portanto, como o resultado desse acúmulo de tensões. Ela altera a natureza do processo ao exigir que a integração não seja mais um agrupamento de disciplinas (como em 2016), mas uma indissociabilidade material. Ao instituir o Núcleo Politécnico, a normativa de 2024 obriga que componentes de alta densidade Tecnológica (Nível II) deixem de ser "ilhas" de formação geral e passem a subsidiar diretamente o eixo tecnológico (Nível I).

Dessa forma, o movimento histórico demonstra uma evolução: da fragmentação passiva em 2011, passando pelo isolamento burocrático de 2016, até chegar à exigência de totalidade em 2024. A Resolução 204/2024 é a ferramenta que visa converter a Densidade Tecnológica das disciplinas em um aparato de integração real, superando a autonomia disciplinar que historicamente impediu a materialização da politécnica e da formação omnilateral no curso de Química.

3.4 Síntese Analítica: A Contradição do Currículo em Vigor

O tensionamento entre o Projeto Pedagógico de Curso de 2011 e de 2016 e a Resolução n.º 204/2024 do Instituto Federal de Goiás evidencia a materialização de uma disputa histórica inerente à Educação Profissional e Tecnológica. De um lado, observa-se a reprodução das relações de produção do capital; de outro, o projeto de emancipação da classe trabalhadora. Enquanto o marco regulatório mais recente institui a politécnica, e omnilateralidade e a práxis como fundamentos normativos inegociáveis, a matriz vigente opera sob a égide de uma racionalidade estritamente instrumental. Tal fragmentação epistemológica manifesta-se materialmente nos diversos eixos basilares da proposta formativa.

A intencionalidade pedagógica expressa no documento de 2016 explicita uma subordinação estrutural e ideológica às demandas pragmáticas do setor produtivo local, configurando a glorificação do mercado de trabalho. A pertinência da oferta do curso não se fundamenta na necessidade de desenvolvimento humano integral, mas em indicadores de produtividade económica. O texto ancora-se num ranqueamento mercadológico, utilizando a posição do município no índice de competitividade goiano para justificar a expansão educacional (IFG, 2016). Ao exaltar a presença de agroindústrias locais e estabelecer como meta a maximização da oferta de mão de obra para suprir as necessidades desse setor, a instituição assume o papel de mera agência de fornecimento de capital variável. Esta perspectiva utilitarista coisifica o estudante, reduzindo o processo educativo a uma linha de montagem de força de trabalho adaptável à sociabilidade capitalista.

Em oposição diametral, o marco normativo de 2024 estabelece uma ruptura com este viés subalterno. A finalidade do Ensino Médio Integrado passa a ser a apropriação crítica dos princípios científicos, históricos, sociais e culturais do processo produtivo, com o objetivo explícito de romper com a dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual (IFG, 2024). A nova diretriz amplia o horizonte institucional, exigindo que o curso dialogue com a demanda regional não sob a métrica da competitividade industrial, mas abrangendo as dimensões culturais, sociais e políticas, o que consolida o trabalho como princípio educativo (IFG, 2024), entendido como o processo ontológico de produção da existência humana e não como mero valor de troca.

Esta colisão de matrizes teóricas reflete-se objetivamente na organização dos saberes. Embora o projeto de 2016 tenha ensaiado uma modernização ao substituir a lógica de grelhas curriculares pela divisão em núcleos de base comum, diversificada e específica, essa reengenharia administrativa formalizou uma falsa integração. O núcleo diversificado assumiu um caráter residual, isolando componentes estruturantes e impossibilitando a organicidade do currículo. Para desconstruir essa fragmentação, a Resolução n.º 204/2024 impõe uma nova arquitetura tripartite, exigindo a implementação de um núcleo de formação básica, um núcleo tecnológico e, fundamentalmente, um núcleo politécnico (IFG, 2024).

O salto qualitativo da nova diretriz reside precisamente na formulação conceitual deste núcleo politécnico, o qual deve congrega as disciplinas de maior densidade tecnológica face ao perfil do egresso e possuir o maior potencial de integração entre a área básica e a técnica (IFG, 2024). Ao elevar a densidade tecnológica à condição de critério normativo de estruturação, a resolução exige que os conhecimentos humanísticos e científicos deixem de gravitar como uma cultura geral desconectada da realidade material. Passam, assim, a garantir a compreensão dos alicerces éticos, sociais e políticos das tecnologias inseridas nos processos produtivos (IFG, 2024), convertendo a politecnia de um mero discurso abstrato num imperativo material.

A hegemonia do fazer mecanicista no currículo atual revela-se igualmente na concepção de vivência profissional. O currículo de 2016 concebe a prática sob um viés empirista e episódico, limitando-a à execução de visitas técnicas ou atividades de campo esporádicas, nas quais o estágio atua predominantemente como uma preparação para o trabalho produtivo alienado (IFG, 2016). Contrapondo-se a esta lógica, a diretriz atual estipula de maneira categórica que a prática profissional deve manter uma relação contínua com os fundamentos científicos, sendo orientada pela pesquisa enquanto princípio pedagógico (IFG, 2024). A instituição da Prática Profissional Integrada como metodologia obrigatória subverte o treinamento operacional periférico, transformando-o num processo contínuo de investigação da totalidade concreta.

A culminância inquestionável desta contradição estrutural cristaliza-se no horizonte formativo delineado para o estudante. Coerente com a sua justificação originária de formar recursos humanos para maximizar a competitividade do parque industrial, o projeto de 2016 projeta o perfil de um estrito operador de processos instrumentais. As competências exigidas são formatadas por uma taxonomia de execução acrítica, com foco em realizar procedimentos de amostragem, operar processos químicos e executar técnicas clássicas de análise (IFG, 2016). Esta predominância absoluta da racionalidade instrumental consubstancia a denúncia de Saviani (2007) acerca da redução da educação profissional a um mero

adestramento. Ao hipertrofiar a capacidade de execução em detrimento da compreensão intelectual da produção, o currículo perpetua a alienação do sujeito.

Inversamente, o novo marco regulatório impõe a superação dessa unilateralidade. O perfil do egresso deve transcender a mera execução técnica, exigindo do futuro profissional um posicionamento crítico perante as alternativas e projetos de desenvolvimento econômico e social em debate na sociedade, evidenciando um vínculo profundo com as necessidades mais amplas da classe trabalhadora (IFG, 2024). O projeto normativo recente exige, apoiando-se na perspectiva de Ramos (2012), uma epistemologia da integração que una conhecimentos gerais e específicos numa metodologia capaz de identificar a historicidade e as finalidades sociais desses saberes.

Em síntese, a exaustiva reflexão aqui empreendida comprova o esgotamento epistemológico e normativo do currículo delineado em 2016. A matriz vigente constitui-se como um aparelho de lógica segmentada que atende prioritariamente aos interesses de adaptabilidade do mercado, distanciando-se irrefutavelmente do projeto educativo emancipatório. A reestruturação iminente, orientada pelo novo referencial, transcende o mero ajuste burocrático de cargas horárias. Trata-se da exigência imperativa de reordenar o percurso formativo a partir da densidade tecnológica no núcleo politécnico, viabilizando a superação definitiva da dicotomia histórica entre a teoria e a prática e pavimentando, na concretude do currículo, o caminho para a formação omnilateral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve início a partir das observações realizadas durante o Estágio Supervisionado, nas quais se notou empiricamente uma ruptura entre teoria e prática nas aulas de laboratório. A análise documental confirmou que essa fragmentação não é apenas uma questão didática isolada, mas o reflexo da própria estrutura presente no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio (PPC, 2016).

Trata-se de uma lacuna estrutural que aponta para a necessidade de uma revisão curricular profunda, onde o Núcleo Politécnico emerge como o eixo estratégico e central capaz de promover a superação da fragmentação curricular e fortalecer a formação *omnilateral*.

Quadro 4: Relação dos aspectos legais de formação, teoria e prática.

CONCEPÇÕES	PPC (2011)	PPC (2016)	RESOLUÇÃO 204/2024	OBSERVAÇÕES
Formação	Ênfase na habilitação profissional e inserção no mundo do trabalho. (Tópico 2 e 3.2)	Ênfase na habilitação profissional e inserção no mundo do trabalho. (Tópico 2 e 3.2)	O trabalho como princípio educativo e promotor da interdisciplinaridade. (Título I, Cap. IV: itens II, IV, V, VIII, IX, XI)	A resolução propõe uma formação mais ampla e crítica, indo além da empregabilidade imediata.
Aspectos Teóricos	Divisão por grades curriculares, ausência de núcleos estruturais.	Fragmentação e repetição de conteúdos, com uso do núcleo diversificado para preencher lacunas. (tópico 5, 5.1, 5.1.1 e 5.1.2)	Proposta politécnica com saberes contextualizados e integrados. (Título II, Cap. II: seção II)	Aumento e obrigatoriedade em fornecer a interdisciplinaridade dos conteúdos

Aspectos da Prática	prática por meio de disciplinas, laboratórios e atividades complementares, campo. (tópico 5.1.8)	prática por meio de disciplinas, laboratórios e atividades complementares, campo. (tópico 5.1.8)	Práticas conectadas às necessidades locais, com intencionalidade crítica. (Título II, Cap II: seção XI)	Demonstra evolução na abordagem pedagógica, com foco em práticas com sentido e contexto social.
Perfil de Egresso	Foco na formação para o trabalho (tópico 8)	Foco na formação para o trabalho (tópico 8)	Sujeito crítico, capaz de integrar teoria e prática. (Título II, Cap II: seção III, IX, XI)	Há uma aproximação da formação <i>omnilateral</i> .

Fonte: *corpus* de documentos analisados.

Para responder à questão central desta pesquisa, constatou-se que a trajetória dos documentos institucionais reflete um campo de disputas. Embora o PPC faça menções à formação integral e à articulação entre teoria e prática, observa-se que a organização curricular vigente tende a reforçar uma lógica tecnicista, centrada na empregabilidade e na fragmentação dos saberes. Essa configuração está associada à questão histórica e cultural que prevalece às exigências do mercado e do ranqueamento produtivo.

Assim, emerge a necessidade de uma reestruturação curricular que vá além da simples redistribuição de conteúdo. É fundamental que o novo PPC incorpore práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade dos estudantes, valorizem os saberes locais e promovam a construção coletiva do conhecimento. A inserção de um núcleo politécnico estruturado, articulando ciência, tecnologia, trabalho, cultura e cidadania, pode potencializar a formação crítica e a autonomia intelectual dos discentes, em consonância com as diretrizes institucionais e com os pressupostos teóricos que fundamentam as concepções de uma educação emancipadora no IFG.

Por fim, é imperativo lembrar que a concepção a-histórica do ser humano, a fragmentação das ciências, os processos formativos centrados no fracionamento do conhecimento, na competitividade, sob a ideologia da meritocracia, e a desconexão

entre formação científica e política da juventude constituem-se estratégias de dominação da burguesia (Frigotto, 2024). É justamente para combater essas estratégias de dominação que a materialização do currículo integrado e do Núcleo Politécnico no curso de Química transcende a dimensão burocrática, afirmando-se como condição essencial para a emancipação da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Ideologia e Currículo. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BOITO JÚNIOR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1997].

BRASIL. Lei nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jul. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 514, de 4 de junho de 2024. Aprova a 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST e a incorporação de Áreas Tecnológicas aos Eixos Tecnológicos do CNCST e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 5 jun. 2024.

CARVALHO PENA, Geralda Aparecida. Prática docente na educação profissional e tecnológica: os conhecimentos que subsidiam os professores de cursos técnicos. Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 8, n. 15, p. 79-94, 2016.

CIAVATTA, Maria. O materialismo histórico e a pesquisa em educação profissional. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 22, p. e13896, 2022. DOI: 10.15628/rbept.2022.13869. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13869>. Acesso em: 2 set. 2025.

CIAVATTA, Maria. O ENSINO INTEGRADO, A Politecnia e a Educação Omnilateral. Por que Lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 2 set. 2025.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83-106.

CONDE, Silvia Cristina de Oliveira; ARAÚJO, José Júlio César Nascimento; RAMOS DE SOUZA, José Eurico; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. Os institutos federais em três dimensões de análise. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 10, p. 2-11, 2016. DOI: 10.15628/rbept.2016.3463. Disponível em: . Acesso em: 30 jul. 2025.

CURADO, Katia Pinheiro Cordeiro da Silva. Epistemologia da Práxis na Formação de Professores: Perspectiva Crítico Emancipadora. **Revista de Ciências Humanas**, 18(02), 121-135, 2017. <https://doi.org/10.31512/rch.v18i02> [31].2468

DORNELLES, Fernanda Reolon Baldiati; CASTAMAN, Ana Sara; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas na formação docente. **Revista Exitus**, v. 11, 2021.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida. O caráter histórico da pesquisa em educação. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**. v. 4, p. 1-14, 2019. DOI: 10.5212/repete.v4.020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/14567>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Formação humana omnilateral e o Ensino Médio Integrado: a (des)conexão entre formação científica e política da juventude. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 24, p. 1-18, e17172, Jun. 2024. ISSN 2447-1801.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 57-82.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline; e colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. 1 ed. Porto Alegre. Artmed, 2010. p. 25-41.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2012-2016**. Goiânia: IFG, 2012. Disponível em: PDF. Acesso em: 24 fev. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (Câmpus Inhumas). **Projeto pedagógico do curso técnico integrado do ensino médio em Química em tempo integral**. Inhumas, 2016. Disponível em: PDF arquivado. Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (Reitoria). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFG) 2019/2023**. Goiânia, 2019. Disponível em: . Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL GOIÁS, Câmpus Inhumas. **EXPERIÊNCIAS PARA QUÍMICA GERAL: Práticas de Laboratório**. Organizadora: Elisangela Cardoso de Lima Borges. [s.n.], 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (Reitoria). **Projeto Político Pedagógico: Construído coletivamente durante os debates do Congresso Institucional IFG 2018 (PPPI/IFG)**. Goiânia, 2018. Disponível em: . Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (Reitoria). **Resolução nº 204 – REI-CONSUP/REITORIA/IFG, de 27 de agosto de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Goiânia, 2024. Disponível em: . Acesso em: 15 fev. 2025.

MACHADO, L. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Organização da educação profissional e tecnológica por eixos tecnológicos. **Linhas Críticas**, p. 89-108, 2010.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, Jaqueline; e colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. 1 ed. Porto Alegre. Artmed, 2010. p. 80-95.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Politecnia, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 20, p. 234-251, 2015.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, Jaqueline; e colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. 1 ed. Porto Alegre. Artmed, 2010. p. 58-79.

NETTO, Paulo José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUNES, Iago Victor Pires de Souza; MAGALHÃES, Ana Paula de Almeida Saraiva. A educação profissional e tecnológica no Brasil: sua história e características vistas a partir de um estudo no estágio supervisionado. **Revista Mirante**, v. 16, n. 1, p. 279-299, 2023.

PIRES, Amanda Ribeiro; JUNIOR, Waldir Araújo da Silva; PRATES, Admilson Eustáquio; FINELLI, Leonardo Augusto Couto. Experimentação investigativa no ensino de química para EPT. In: **Considerações sobre o fazer docente – volume 3**. São Paulo: Editora Científica Digital, 2024. p. 77-90.

RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline; e colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. 1 ed. Porto Alegre. Artmed, 2010. p. 42-57.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 107-128.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1984.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro: EPSJV; FIOCRUZ, v. 1, p. 131-152, 2003a.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. p. 152-180.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 30 ago. 2025.